ESG E JUSTIÇA TERRITORIAL NO TURISMO LATINO-AMERICANO: REFLEXÕES CRÍTICAS PARA UMA AGENDA DE SUSTENTABILIDADE

ESG and Territorial Justice in Latin American Tourism: Critical Reflections for a Sustainability Agenda

Vera Lúcia Steiner[1]

RESUMO

A crescente incorporação das agendas ESG (*Environmental, Social and Governance*) ao turismo tem ampliado os debates sobre sustentabilidade, governança e responsabilidade corporativa no setor. Contudo, a predominância de abordagens voltadas à avaliação do desempenho organizacional tem limitado a compreensão das implicações territoriais e distributivas associadas ao desenvolvimento turístico, especialmente em regiões marcadas por desigualdades históricas, como a América Latina. Este ensaio teórico-analítico tem como objetivo problematizar os limites dos modelos ESG aplicados ao turismo latino-americano e propor uma aproximação conceitual com a perspectiva da justiça territorial. A partir de revisão crítica e interpretativa da literatura sobre ESG, sustentabilidade, geografia crítica, justiça espacial e turismo, argumenta-se que a avaliação da sustentabilidade não pode restringir-se aos resultados corporativos, devendo considerar as relações entre território, poder, participação social e distribuição dos benefícios econômicos produzidos pela atividade turística. Como principal contribuição, o estudo desenvolve um framework analítico fundamentado nas dimensões de territorialização, participação e redistribuição, oferecendo uma perspectiva capaz de articular sustentabilidade empresarial, desenvolvimento territorial e justiça social. Conclui-se que a ampliação do debate sobre ESG no turismo requer abordagens mais sensíveis às especificidades territoriais e às desigualdades estruturais que caracterizam os destinos latino-americanos.

PALAVRAS-CHAVE

ESG; Turismo; Justiça Territorial; Desenvolvimento Territorial; Sustentabilidade.

ABSTRACT

The growing incorporation of ESG (Environmental, Social, and Governance) agendas into tourism has intensified debates on sustainability, governance, and corporate responsibility within the sector. However, the predominance of approaches focused on organizational performance assessment has limited the understanding of the territorial and distributive implications associated with tourism development, particularly in regions marked by historical inequalities, such as Latin America. This theoretical-analytical essay aims to critically examine the limitations of ESG models applied to Latin American tourism and to propose a conceptual dialogue with the

[1] **Vera Lúcia Steiner -** Pós-Doutora em Direito. Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade - Mestrado e Doutorado da Universidade de Caxias do Sul. Lattes: http://lattes.cnpq.br/1817048552645934. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-1982-0730. E-mail: vlsteine@ucs.br.

perspective of territorial justice. Based on a critical and interpretive review of the literature on ESG, sustainability, critical geography, spatial justice, and tourism studies, the essay argues that sustainability assessment cannot be restricted to corporate outcomes alone, but must also consider the relationships among territory, power, social participation, and the distribution of economic benefits generated by tourism activities. As its main theoretical contribution, the study develops an analytical framework grounded in the dimensions of territorialization, participation, and redistribution, offering a perspective capable of articulating corporate sustainability, territorial development, and social justice. The findings suggest that advancing the ESG debate in tourism requires approaches that are more sensitive to territorial specificities and the structural inequalities that shape tourism destinations across Latin America.

KEYWORDS

ESG; Tourism; Territorial Justice; Territorial Development; Sustainability.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a sustentabilidade deixou de ocupar uma posição periférica nos debates sobre desenvolvimento para se tornar um dos principais referenciais normativos que orientam políticas públicas, estratégias empresariais e mecanismos de governança em escala global. Em um contexto marcado pela intensificação das mudanças climáticas, pelo agravamento das desigualdades sociais e pela crescente pressão exercida por investidores, consumidores e organismos multilaterais, empresas de diferentes setores passaram a incorporar parâmetros relacionados ao desempenho ambiental, à responsabilidade social e à governança corporativa em seus processos decisórios. É nesse cenário que o ESG (*Environmental, Social and Governance*) se consolida como uma das principais estruturas de avaliação e legitimação das práticas organizacionais contemporâneas.

A difusão da agenda ESG não se restringe ao universo financeiro. Progressivamente, seus princípios passaram a influenciar setores econômicos caracterizados por elevada dependência de recursos naturais, intensa interação com comunidades locais e forte exposição à opinião pública. Entre esses setores, o turismo ocupa posição de destaque. Historicamente associado à geração de emprego, renda e desenvolvimento regional, o turismo também é reconhecido por produzir impactos ambientais, transformações territoriais e conflitos sociais que desafiam os pressupostos da sustentabilidade. Como consequência, empresas, destinos e organizações vinculadas à atividade turística têm buscado incorporar indicadores ESG em suas estratégias institucionais, apresentando-os como evidência de compromisso com modelos mais responsáveis de desenvolvimento.

No âmbito empresarial, observa-se a crescente adoção de relatórios de sustentabilidade, certificações ambientais, metas de redução de emissões, programas de inclusão social e mecanismos de transparência corporativa. Redes hoteleiras, companhias aéreas, operadoras turísticas e plataformas digitais passaram a utilizar esses instrumentos não apenas como resposta a exigências regulatórias ou demandas do mercado financeiro, mas também como elementos centrais de posicionamento competitivo. Em muitos casos, a sustentabilidade converteu-se em um ativo estratégico capaz de influenciar decisões de investimento, fortalecer reputações corporativas e ampliar a atratividade junto a consumidores cada vez mais sensíveis às questões socioambientais.

Embora esse movimento represente avanços importantes, sua expansão também suscita questionamentos. A crescente institucionalização do ESG ocorre em um contexto no qual a sustentabilidade é frequentemente incorporada às lógicas de mercado e aos mecanismos de valorização econômica. Dessa forma, torna-se pertinente indagar até que ponto a adoção de métricas e certificações é capaz de promover transformações efetivas nos territórios turísticos ou se, em determinadas circunstâncias, tais instrumentos acabam funcionando prioritariamente como estratégias de legitimação empresarial. Essa discussão ganha relevância particular quando observada a partir da realidade latino-americana.

A América Latina reúne algumas das maiores biodiversidades do planeta, expressiva diversidade cultural e importantes destinos turísticos internacionais. Ao mesmo tempo, a região permanece marcada por profundas desigualdades sociais, concentração fundiária, dependência econômica, fragilidades institucionais e assimetrias históricas de poder. Essas características conferem complexidade adicional aos debates sobre sustentabilidade, uma vez que os desafios enfrentados pelos territórios latino-americanos extrapolam as dimensões tradicionalmente contempladas pelos indicadores corporativos de desempenho.

Em diversos destinos da região, é possível observar a coexistência entre empreendimentos reconhecidos por suas práticas ambientais e contextos caracterizados por precarização do trabalho, segregação socioespacial e limitada participação comunitária nos processos decisórios. Destinos turísticos altamente internacionalizados frequentemente apresentam infraestrutura moderna e elevados níveis de investimento, mas também convivem com desigualdades persistentes na distribuição dos benefícios econômicos gerados pela atividade.

Em tais circunstâncias, a simples adoção de parâmetros ESG não garante, necessariamente, a promoção de maior justiça social ou territorial.

Essa constatação conduz a uma questão fundamental: **até que ponto os modelos ESG atualmente predominantes conseguem captar as especificidades históricas, culturais e territoriais que caracterizam o turismo latino-americano?** A pergunta torna-se ainda mais relevante quando se considera que grande parte dos frameworks utilizados internacionalmente foi desenvolvida a partir de referenciais produzidos em economias centrais, orientados por racionalidades institucionais e empresariais nem sempre compatíveis com as realidades do Sul Global. A transferência desses modelos para contextos marcados por desigualdades estruturais pode resultar na invisibilização de conflitos, saberes e dinâmicas territoriais que desempenham papel central na configuração dos destinos turísticos da região.

Sob essa perspectiva, contribuições oriundas da geografia crítica, da economia política do turismo e das epistemologias do Sul oferecem importantes subsídios para a problematização do tema. Autores como Harvey, Escobar, Santos, Bianchi e Higgins-Desbiolles chamam a atenção para a necessidade de compreender o desenvolvimento turístico para além de indicadores econômicos e instrumentos de gestão, enfatizando as relações de poder que estruturam a produção do espaço, a distribuição desigual dos recursos e os processos de exclusão social. Essas abordagens permitem reconhecer que o turismo não apenas ocorre nos territórios, mas participa ativamente de sua transformação, influenciando formas de uso do solo, dinâmicas imobiliárias, relações de trabalho e mecanismos de governança.

No contexto brasileiro, diversos estudos também têm enfatizado a necessidade de compreender o turismo como fenômeno territorial e político. Rodrigues (1997), Barreto (2004), e Cruz (2006) argumentam que os impactos da atividade turística não podem ser analisados exclusivamente a partir de indicadores econômicos ou de desempenho empresarial. Tais autores destacam que o turismo participa ativamente da produção do espaço, influenciando formas de apropriação territorial, dinâmicas de poder e processos de inclusão e exclusão social. Essa perspectiva reforça a necessidade de ampliar os debates sobre sustentabilidade para além das escalas organizacionais, incorporando dimensões relacionadas à justiça territorial e à democratização dos benefícios produzidos pelo desenvolvimento turístico.

A partir desse entendimento, argumenta-se que a sustentabilidade turística não pode ser reduzida ao cumprimento de métricas corporativas ou à obtenção de certificações internacionais. Mais do que avaliar o desempenho de organizações específicas, torna-se necessário examinar como os benefícios, os custos e os impactos do turismo são distribuídos entre diferentes grupos sociais e territórios. Em outras palavras, discutir sustentabilidade implica também discutir justiça territorial, participação social e democratização das oportunidades geradas pela atividade turística.

Diante desse contexto, o presente ensaio teórico-analítico tem como objetivo analisar criticamente os limites e as potencialidades da incorporação das agendas ESG no turismo da América Latina. Especificamente, busca-se: (i) examinar a consolidação do ESG como instrumento de governança e sustentabilidade no setor turístico; (ii) discutir as particularidades do turismo latino-americano a partir de uma perspectiva territorial e crítica; e (iii) propor uma reinterpretação do ESG fundamentada na noção de justiça territorial, ampliando seu alcance analítico para além da lógica estritamente corporativa.

Para alcançar esses objetivos, adotou-se a metodologia de ensaio teórico-analítico, fundamentada em revisão crítica da literatura nacional e internacional sobre ESG, sustentabilidade, governança territorial, turismo crítico e justiça espacial. A opção pelo ensaio decorre da necessidade de construir uma reflexão interdisciplinar capaz de articular diferentes tradições teóricas e problematizar pressupostos frequentemente naturalizados nos debates contemporâneos sobre sustentabilidade.

Além desta introdução, o ensaio teórico-analítico encontra-se estruturado em cinco seções, além da metodologia. Inicialmente, apresentam-se os fundamentos conceituais do ESG e sua incorporação ao turismo. Em seguida, discute-se o turismo latino-americano a partir de uma leitura territorial e crítica. Posteriormente, analisam-se os principais limites estruturais do ESG quando aplicado ao contexto regional. Na sequência, propõe-se uma articulação entre ESG e justiça territorial como alternativa interpretativa para a sustentabilidade turística. Por fim, são apresentadas as considerações finais, destacando as contribuições teóricas do estudo e suas implicações para futuras agendas de pesquisa.

Assim, apesar do crescimento expressivo da literatura sobre ESG nos últimos anos, observa-se que grande parte das pesquisas se concentra na mensuração do desempenho corporativo, na

análise de indicadores de sustentabilidade e nos efeitos dessas práticas sobre a competitividade organizacional. No campo do turismo, embora existam avanços importantes relacionados à adoção de critérios ambientais, sociais e de governança, permanecem relativamente limitados os estudos que problematizam as implicações territoriais desses modelos em contextos marcados por desigualdades históricas e assimetrias socioespaciais, como aqueles encontrados na América Latina.

Essa lacuna torna-se particularmente relevante porque a atividade turística depende diretamente das condições sociais, culturais e ambientais dos territórios onde se desenvolve. Dessa forma, compreender a sustentabilidade apenas a partir do desempenho organizacional pode resultar em interpretações insuficientes sobre os impactos efetivamente produzidos pelo turismo nos destinos receptores. Diante desse cenário, o presente ensaio propõe uma aproximação entre os debates sobre ESG e a perspectiva da justiça territorial, buscando ampliar o escopo analítico da sustentabilidade turística por meio de um framework fundamentado nas dimensões de territorialização, participação e redistribuição. A principal contribuição do estudo consiste em oferecer uma interpretação teórica capaz de articular sustentabilidade empresarial, desenvolvimento territorial e justiça social no contexto latino-americano.

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como um ensaio teórico-analítico de natureza qualitativa. A opção por essa abordagem fundamenta-se na intenção de promover uma reflexão crítica acerca da incorporação das agendas ESG ao turismo latino-americano, articulando contribuições oriundas dos campos da sustentabilidade, governança, geografia crítica, justiça territorial e estudos críticos do turismo.

Conforme a tradição dos ensaios acadêmicos, o objetivo não consiste na produção de evidências empíricas primárias, mas na elaboração de interpretações analíticas capazes de identificar lacunas teóricas, problematizar pressupostos presentes na literatura e propor novas possibilidades de compreensão sobre determinado fenômeno. A construção argumentativa SE desenvolveu a partir de revisão crítica e interpretativa da literatura nacional e internacional relacionada aos temas ESG, sustentabilidade, desenvolvimento territorial, justiça espacial e turismo.

A seleção das obras considerou três critérios principais: (i) relevância teórica dos autores para os campos da sustentabilidade, da geografia crítica e dos estudos do turismo; (ii) reconhecimento acadêmico das publicações em periódicos científicos, livros e documentos institucionais amplamente utilizados na literatura especializada; e (iii) atualidade das discussões relacionadas à incorporação das agendas ESG ao turismo e à hospitalidade, privilegiando especialmente estudos publicados entre 2020 e 2025.

A análise foi conduzida por meio de uma lógica interpretativa e relacional, buscando identificar convergências, tensões e complementaridades entre diferentes perspectivas teóricas. Inicialmente, foram examinadas as contribuições da literatura contemporânea sobre ESG e sustentabilidade empresarial. Em seguida, essas discussões foram colocadas em diálogo com abordagens críticas do território, do desenvolvimento e da justiça espacial, especialmente aquelas vinculadas à geografia crítica e aos estudos latino-americanos do desenvolvimento. A partir dessa articulação teórica, foi elaborado o framework analítico proposto neste ensaio, estruturado nas dimensões de territorialização, participação e redistribuição.

A proposta não pretende constituir um modelo prescritivo ou definitivo de avaliação da sustentabilidade turística, mas oferecer um referencial analítico capaz de ampliar a compreensão das relações entre ESG, território e justiça social no contexto latino-americano.

ESG NO TURISMO: FUNDAMENTOS, EVOLUÇÃO E LIMITES CONCEITUAIS

A ascensão do ESG nas últimas duas décadas representa uma das transformações mais significativas nos debates contemporâneos sobre sustentabilidade e governança corporativa. Inicialmente associado aos mercados financeiros e às estratégias de gestão de risco, o conceito expandiu-se progressivamente para diferentes setores econômicos, tornando-se uma referência central na avaliação do desempenho organizacional. A incorporação de critérios ambientais, sociais e de governança passou a ser apresentada não apenas como uma exigência ética, mas também como um fator capaz de influenciar competitividade, reputação institucional e acesso a investimentos.

No turismo, esse movimento encontrou terreno fértil. A crescente visibilidade dos impactos ambientais da atividade, somada às demandas por maior responsabilidade social e transparência corporativa, impulsionou a adoção de práticas alinhadas aos princípios ESG. Empresas do setor passaram a divulgar metas de redução de emissões de carbono, programas

de eficiência energética, iniciativas de diversidade e inclusão, além de mecanismos voltados ao fortalecimento da governança organizacional. Paralelamente, organismos internacionais, investidores e consumidores passaram a valorizar empreendimentos capazes de demonstrar compromisso com parâmetros reconhecidos de sustentabilidade.

Esse processo não ocorreu de maneira isolada. A consolidação do ESG deve ser compreendida no contexto de mudanças mais amplas nas relações entre economia, sociedade e meio ambiente. Conforme argumenta Hall (2019), a sustentabilidade deixou de ser tratada exclusivamente como uma preocupação ambiental para tornar-se um elemento estruturante das estratégias de desenvolvimento. Em um cenário marcado por riscos climáticos crescentes, instabilidade econômica e maior pressão por *accountability*, empresas passaram a reconhecer que questões socioambientais podem afetar diretamente sua viabilidade econômica e sua legitimidade perante diferentes públicos.

Sob essa perspectiva, a expansão do ESG pode ser interpretada como resultado da incorporação de preocupações anteriormente externas à lógica empresarial. Aspectos relacionados à preservação ambiental, às condições de trabalho, à diversidade organizacional e à transparência administrativa passaram a integrar avaliações de desempenho e processos de tomada de decisão. No turismo, tal movimento contribuiu para ampliar a visibilidade de temas historicamente marginalizados, favorecendo a adoção de práticas mais responsáveis em segmentos que, durante décadas, estiveram associados à exploração intensiva de recursos naturais e territoriais.

É inegável que avanços importantes decorreram desse processo. A ampliação do monitoramento de impactos ambientais, a difusão de certificações voltadas à sustentabilidade e o fortalecimento de mecanismos de governança representam mudanças relevantes quando comparadas aos modelos predominantes de desenvolvimento turístico observados ao longo do século XX. Em muitos destinos, a incorporação de critérios ESG estimulou investimentos em eficiência energética, gestão de resíduos, proteção de ecossistemas e qualificação de processos administrativos.

No entanto, a crescente popularização do ESG também exige uma análise crítica de seus pressupostos e de seus limites. A ampla aceitação do conceito frequentemente produz a impressão de que sua adoção constitui, por si só, uma resposta adequada aos desafios da

sustentabilidade contemporânea. Tal interpretação tende a obscurecer as disputas políticas, econômicas e territoriais que permeiam a construção e a operacionalização desses indicadores.

Parte da literatura crítica tem chamado a atenção para esse aspecto. Higgins-Desbiolles (2020), por exemplo, argumenta que sustentabilidade e justiça social não são conceitos necessariamente equivalentes. Um empreendimento pode apresentar desempenho satisfatório em determinados indicadores ambientais e de governança sem que isso resulte, necessariamente, em benefícios concretos para as populações locais. Em contextos marcados por desigualdades estruturais, a existência de programas ambientais ou ações de responsabilidade social não garante a superação de mecanismos históricos de exclusão.

Essa reflexão adquire particular relevância no turismo. Diferentemente de outros setores econômicos, a atividade turística depende diretamente dos territórios onde se desenvolve. Paisagens naturais, patrimônios culturais, modos de vida locais e recursos ambientais constituem parte essencial da experiência turística e, simultaneamente, tornam-se objetos de apropriação econômica. Consequentemente, os efeitos do turismo ultrapassam os limites das organizações individuais, alcançando dimensões urbanas, sociais e territoriais frequentemente ausentes das avaliações corporativas tradicionais.

A partir dessa perspectiva, torna-se possível identificar uma das principais fragilidades dos modelos ESG atualmente predominantes: sua limitada capacidade de captar as múltiplas formas pelas quais o turismo reorganiza os territórios. Enquanto indicadores corporativos tendem a concentrar atenção em aspectos relacionados ao desempenho organizacional, questões como turistificação, pressão imobiliária, deslocamento de populações residentes, aumento do custo de vida e desigualdade no acesso aos benefícios econômicos permanecem frequentemente em segundo plano.

As contribuições de Harvey (2005; 2006) ajudam a compreender essa problemática. Ao analisar os processos de produção capitalista do espaço, o autor demonstra que os investimentos econômicos não se distribuem de forma homogênea, mas tendem a concentrar recursos e infraestrutura em determinados lugares, produzindo espacialidades marcadas por profundas desigualdades. No turismo, essa dinâmica manifesta-se por meio da valorização seletiva de áreas consideradas estratégicas para o mercado, frequentemente acompanhada pela marginalização de outros grupos e territórios.

Nesse contexto, a sustentabilidade não pode ser reduzida a um conjunto de métricas técnicas ou procedimentos administrativos. Ela envolve disputas sobre quem se beneficia do desenvolvimento turístico, quem suporta seus custos e quais interesses orientam as transformações territoriais promovidas pela atividade. Ignorar essas dimensões significa restringir a sustentabilidade a uma lógica predominantemente gerencial, incapaz de enfrentar questões estruturais associadas à distribuição desigual de poder e recursos.

Outro aspecto que merece atenção refere-se à origem dos próprios referenciais ESG. Grande parte dos frameworks atualmente utilizados foi concebida em contextos institucionais e econômicos característicos do Norte Global. Embora tenham contribuído para consolidar padrões internacionais de avaliação, esses modelos refletem visões específicas sobre desenvolvimento, governança e sustentabilidade. Quando aplicados de maneira uniforme a contextos distintos, podem deixar de reconhecer especificidades históricas, culturais e territoriais fundamentais para a compreensão da realidade local.

As críticas formuladas por Escobar (2008) tornam-se particularmente pertinentes nesse debate. Ao questionar a universalização de modelos de desenvolvimento produzidos em contextos hegemônicos, o autor evidencia como determinadas racionalidades globais tendem a desconsiderar formas alternativas de organização social e territorial. No turismo, essa crítica sugere que a adoção indiscriminada de indicadores internacionais pode produzir interpretações incompletas acerca dos desafios enfrentados por destinos inseridos em contextos periféricos ou marcados por desigualdades históricas.

A dimensão social do ESG também apresenta desafios importantes. Embora o componente social seja frequentemente associado a temas como diversidade, inclusão e responsabilidade corporativa, sua operacionalização costuma privilegiar indicadores relativamente restritos, concentrados em aspectos organizacionais internos. Questões mais amplas, relacionadas à informalidade do trabalho, à desigualdade racial, à concentração fundiária, à exclusão territorial ou às condições de participação comunitária, raramente ocupam posição central nos sistemas de avaliação.

Essa limitação torna-se particularmente evidente em atividades econômicas intensivas em trabalho, como o turismo. Em muitos destinos, parte significativa da força de trabalho está inserida em relações laborais marcadas por sazonalidade, baixos salários e reduzida proteção

social. Embora algumas dessas questões possam aparecer de forma indireta nos relatórios corporativos, elas dificilmente recebem o mesmo grau de atenção conferido a indicadores ambientais mais facilmente mensuráveis.

Isso não significa desconsiderar a relevância do ESG. Pelo contrário, sua consolidação representa uma mudança importante em relação a períodos nos quais preocupações ambientais e sociais eram praticamente inexistentes nos processos de gestão turística. O problema não reside na existência dos indicadores, mas na tendência de tratá-los como instrumentos suficientes para avaliar a complexidade dos processos de desenvolvimento.

A discussão contemporânea exige uma ampliação desse horizonte analítico. Sustentabilidade, especialmente em atividades profundamente territorializadas como o turismo, envolve relações de poder, conflitos distributivos, disputas pelo uso do espaço e diferentes concepções de desenvolvimento. Compreender essas dimensões implica reconhecer que a transformação social não pode ser aferida exclusivamente por métricas corporativas ou por mecanismos de certificação.

Nesse sentido, as contribuições provenientes dos estudos críticos do turismo oferecem caminhos promissores para a renovação do debate. Autores como Bianchi (2014) e Higgins-Desbiolles (2020) defendem abordagens que associem sustentabilidade à democratização das decisões, à valorização dos territórios e à redistribuição dos benefícios produzidos pela atividade turística. Essa perspectiva desloca o foco da simples conformidade institucional para uma reflexão mais ampla sobre justiça social e territorial.

Assim, o principal desafio colocado ao ESG no turismo não consiste apenas em aperfeiçoar indicadores ou ampliar mecanismos de monitoramento. O desafio fundamental é construir formas de governança capazes de dialogar com a diversidade dos territórios, reconhecer desigualdades históricas e incorporar efetivamente as populações locais aos processos de planejamento e desenvolvimento. Sem esse movimento, existe o risco de que a sustentabilidade permaneça restrita ao plano discursivo, fortalecendo estratégias de reputação corporativa sem produzir mudanças substantivas nas condições sociais e territoriais que estruturam o turismo contemporâneo.

TURISMO NA AMÉRICA LATINA: UMA LEITURA TERRITORIAL E CRÍTICA

Compreender o turismo na América Latina exige ultrapassar interpretações restritas aos indicadores econômicos tradicionalmente utilizados para mensurar o desempenho da atividade. Embora a geração de emprego, renda, investimentos e divisas internacionais constitua uma dimensão relevante do fenômeno turístico, tais indicadores revelam apenas parte de uma realidade marcada por profundas desigualdades sociais, heterogeneidades territoriais e relações históricas de dependência. Nesse contexto, o turismo deve ser analisado não apenas como um setor econômico, mas como um processo social, político e espacial que participa ativamente da produção e da transformação dos territórios.

Ao longo das últimas décadas, a América Latina consolidou-se como uma das regiões mais importantes do turismo internacional. Destinos litorâneos, áreas protegidas, centros históricos, patrimônios culturais e paisagens naturais passaram a integrar circuitos globais de consumo turístico, atraindo investimentos nacionais e estrangeiros em larga escala. Segundo a Organização Mundial do Turismo, diversos países latino-americanos ampliaram significativamente sua participação nos fluxos internacionais de visitantes desde o início do século XXI, impulsionados pela expansão do transporte aéreo, pela internacionalização dos mercados turísticos e pela crescente valorização da diversidade cultural e ambiental da região.

Entretanto, o crescimento da atividade turística não ocorreu de forma homogênea nem produziu benefícios distribuídos igualmente entre os diferentes grupos sociais. Em muitos casos, os processos de desenvolvimento turístico reproduziram estruturas históricas de concentração econômica e territorial já presentes na formação social latino-americana. Como observa Bianchi (2014), o turismo contemporâneo está inserido em uma economia política global caracterizada por relações assimétricas entre regiões centrais e periféricas. Essas assimetrias influenciam não apenas a circulação de turistas, mas também a distribuição dos lucros, dos investimentos e do poder de decisão associados à atividade.

Essa interpretação encontra respaldo em estudos recentes sobre as transformações territoriais associadas ao turismo na América Latina. Hiernaux-Nicolas e González-Gómez (2020) argumentam que a expansão da atividade turística na região tem sido marcada por processos simultâneos de valorização econômica dos territórios e reprodução de desigualdades históricas. Segundo os autores, as novas dinâmicas do turismo latino-americano frequentemente se articulam a velhos desafios relacionados à concentração dos benefícios econômicos, à

fragilidade dos mecanismos de governança e às assimetrias territoriais que caracterizam grande parte dos destinos da região. Essa perspectiva reforça a necessidade de analisar o turismo para além de seus indicadores de crescimento, considerando seus efeitos sobre a organização do espaço e sobre as populações locais.

Essa perspectiva se torna particularmente relevante quando se observa a inserção internacional dos destinos latino-americanos. Grande parte dos fluxos turísticos da região continua fortemente dependente de mercados emissores localizados na América do Norte e na Europa. Além disso, importantes segmentos da cadeia produtiva permanecem controlados por grupos empresariais transnacionais, operadoras globais de turismo, plataformas digitais e fundos internacionais de investimento. Como consequência, parcela significativa da riqueza produzida pelo turismo não permanece necessariamente nos territórios receptores, sendo frequentemente transferida para centros econômicos externos.

A literatura crítica do turismo tem demonstrado que essa dinâmica produz efeitos importantes sobre os territórios. Em diversos destinos latino-americanos, observa-se a coexistência entre elevados níveis de crescimento turístico e persistentes indicadores de desigualdade social. Regiões que recebem milhões de visitantes anualmente podem apresentar, simultaneamente, déficits de infraestrutura urbana, precarização laboral, dificuldades de acesso à moradia e fragilidade dos serviços públicos. Essa aparente contradição evidencia que o aumento dos fluxos turísticos não se converte automaticamente em desenvolvimento socialmente inclusivo.

A compreensão dessa realidade demanda uma abordagem territorial do turismo. O território não deve ser entendido apenas como suporte físico da atividade turística, mas como espaço socialmente produzido, no qual se articulam relações econômicas, políticas, culturais e ambientais. Conforme argumenta Harvey (2005), os processos de acumulação capitalista produzem espacialidades desiguais, concentrando investimentos e oportunidades em determinados lugares enquanto outros permanecem marginalizados. No turismo, essa lógica manifesta-se por meio da valorização seletiva de áreas consideradas atrativas para o mercado, frequentemente acompanhada pela desvalorização ou invisibilização de outros espaços e populações.

Essa dinâmica pode ser observada em diferentes contextos latino-americanos. Áreas costeiras, centros históricos e regiões ambientalmente valorizadas frequentemente recebem

investimentos significativos em infraestrutura, mobilidade e serviços voltados ao consumo turístico. Paralelamente, bairros periféricos e comunidades locais permanecem excluídos dos principais circuitos econômicos gerados pela atividade. Em muitos casos, os benefícios do turismo concentram-se em setores específicos, enquanto os custos ambientais e sociais são distribuídos de maneira mais ampla pela população residente.

A discussão sobre turistificação contribui para aprofundar essa análise. Diversos estudos têm demonstrado que a expansão do turismo pode alterar significativamente as formas de uso e ocupação dos territórios. A valorização imobiliária, a transformação de espaços residenciais em áreas de consumo turístico, o aumento do custo de vida e a pressão sobre recursos ambientais constituem fenômenos cada vez mais presentes em destinos latino-americanos. Embora tais processos sejam frequentemente apresentados como evidências de dinamismo econômico, seus efeitos sociais nem sempre são positivos para as comunidades locais.

Nesse sentido, a sustentabilidade do turismo não pode ser avaliada exclusivamente a partir de indicadores de crescimento econômico ou desempenho empresarial. É necessário considerar quem se beneficia das transformações promovidas pela atividade e quem assume seus custos. Essa preocupação aproxima-se das discussões sobre justiça espacial e justiça territorial, que destacam a importância da distribuição equitativa dos recursos, das oportunidades e dos impactos associados aos processos de desenvolvimento.

As contribuições de Escobar (2008; 2014) oferecem elementos fundamentais para essa reflexão. Ao criticar modelos universalizantes de desenvolvimento, o autor argumenta que os territórios não podem ser reduzidos a simples espaços de intervenção econômica. Cada território incorpora conhecimentos, práticas culturais, formas de organização social e relações ecológicas que constituem dimensões centrais de sua existência. Quando projetos de desenvolvimento ignoram essas especificidades, existe o risco de reproduzir formas de dominação que subordinam realidades locais a racionalidades externas.

No turismo, essa questão adquire importância particular. Muitos destinos latino-americanos passaram a reorganizar seus territórios em função das demandas do mercado internacional, adaptando políticas públicas, investimentos e estratégias de planejamento às expectativas de investidores e consumidores globais. Embora esse movimento possa gerar oportunidades econômicas, também pode provocar tensões entre interesses externos e necessidades locais,

especialmente quando comunidades residentes possuem participação limitada nos processos decisórios.

As reflexões de Boaventura de Sousa Santos (2018) reforçam essa crítica ao defender a valorização das epistemologias do Sul. Segundo o autor, sociedades historicamente situadas em posições periféricas produziram conhecimentos e formas de organização frequentemente invisibilizados pelas racionalidades dominantes. No campo do turismo, essa perspectiva permite reconhecer a existência de práticas territoriais, experiências comunitárias e formas alternativas de desenvolvimento que nem sempre são contempladas pelos modelos convencionais de gestão e sustentabilidade.

Estudos recentes desenvolvidos no contexto latino-americano também têm reforçado a necessidade de analisar o turismo a partir de suas implicações territoriais e distributivas. Em diferentes países da região, pesquisas têm demonstrado que os processos de expansão turística frequentemente produzem dinâmicas contraditórias, combinando crescimento econômico, valorização territorial e ampliação dos fluxos de visitantes com persistentes desigualdades sociais e espaciais. Essas análises evidenciam que os benefícios gerados pela atividade tendem a distribuir-se de forma desigual entre os diferentes atores envolvidos, reforçando a importância de abordagens que considerem simultaneamente desenvolvimento, território e justiça social.

Nesse sentido, a realidade latino-americana oferece elementos particularmente relevantes para problematizar modelos universalizantes de sustentabilidade e para compreender como os impactos do turismo são condicionados por estruturas históricas de poder, dependência econômica e exclusão territorial.

Essa discussão se torna ainda mais relevante diante da crescente incorporação das agendas ESG ao turismo. Embora esses modelos tenham contribuído para ampliar a preocupação com aspectos ambientais e sociais, sua aplicação tende a privilegiar indicadores padronizados de desempenho, frequentemente elaborados a partir de referenciais globais. Em consequência, elementos fundamentais para a compreensão da realidade latino-americana — como desigualdade territorial, exclusão social, concentração fundiária e participação comunitária — podem permanecer relativamente secundarizados.

Dessa forma, a análise do turismo na América Latina evidencia que sustentabilidade, território e desigualdade constituem dimensões inseparáveis. A atividade turística não ocorre em espaços

neutros, mas em territórios historicamente produzidos por relações de poder, conflitos distributivos e disputas em torno do desenvolvimento. Compreender essa complexidade é condição indispensável para avaliar criticamente a adequação dos modelos ESG às realidades latino-americanas.

A partir dessa leitura, torna-se possível avançar para uma discussão mais aprofundada dos limites estruturais do ESG no contexto regional. Afinal, se os territórios latino-americanos são marcados por desigualdades históricas e por formas específicas de inserção na economia global do turismo, torna-se necessário questionar em que medida modelos de sustentabilidade concebidos em outros contextos são capazes de responder aos desafios efetivamente presentes na região.

LIMITES ESTRUTURAIS DO ESG NO CONTEXTO LATINO-AMERICANO

A crescente incorporação dos princípios ESG ao turismo tem sido amplamente apresentada como evidência do amadurecimento das práticas de sustentabilidade e governança no setor. Organismos multilaterais, investidores, governos e empresas passaram a reconhecer a relevância de critérios ambientais, sociais e institucionais para a construção de modelos de desenvolvimento considerados mais responsáveis. No entanto, quando observada a partir das particularidades históricas e territoriais da América Latina, a difusão do ESG revela tensões que não podem ser ignoradas.

Embora os frameworks ESG tenham contribuído para ampliar a visibilidade das questões socioambientais na gestão empresarial, sua aplicação ocorre, em grande medida, por meio de indicadores padronizados desenvolvidos em contextos econômicos, políticos e institucionais bastante distintos daqueles encontrados na maior parte dos países latino-americanos. Essa característica produz um primeiro limite estrutural: a dificuldade de traduzir realidades territoriais profundamente heterogêneas por meio de métricas concebidas para contextos mais homogêneos e institucionalmente consolidados.

A América Latina constitui uma das regiões mais desiguais do mundo. A concentração da renda, a persistência de estruturas fundiárias excludentes, a informalidade econômica, as disparidades regionais e os diferentes níveis de capacidade estatal configuram um cenário no qual os desafios da sustentabilidade ultrapassam significativamente os parâmetros normalmente contemplados pelos indicadores corporativos. Nesses contextos, a sustentabilidade não depende apenas do

comportamento das organizações, mas também da forma como as relações de poder estruturam o acesso aos recursos, às oportunidades econômicas e aos processos decisórios.

No campo do turismo, essas desigualdades manifestam-se por meio de processos territoriais complexos, nos quais a expansão da atividade frequentemente convive com persistentes assimetrias sociais e espaciais. Hiernaux-Nicolas e González-Gómez (2020) observam que muitos destinos latino-americanos experimentam intensas transformações econômicas e territoriais sem que isso resulte, necessariamente, em processos mais amplos de inclusão social ou redistribuição dos benefícios gerados pelo turismo.

Diferentemente de setores industriais convencionais, a atividade turística depende diretamente da apropriação econômica dos territórios. Paisagens, patrimônios culturais, recursos naturais e modos de vida locais convertem-se em elementos centrais da experiência turística e, consequentemente, em ativos econômicos. Essa característica faz com que os impactos do turismo extrapolem os limites das organizações individuais, alcançando comunidades, ecossistemas e estruturas urbanas inteiras.

Diversos estudos recentes têm apontado que os modelos ESG enfrentam dificuldades para incorporar adequadamente essas dimensões estruturais. Lin et al. (2024) observam que a mensuração do desempenho ESG em países em desenvolvimento encontra obstáculos relacionados às diferenças institucionais, regulatórias e socioeconômicas existentes entre os territórios. Embora os indicadores sejam capazes de capturar determinados aspectos da gestão corporativa, sua capacidade de representar desigualdades históricas e conflitos territoriais permanece limitada.

Entretanto, grande parte dos sistemas de avaliação ESG permanece centrada na escala empresarial. Questões como eficiência energética, gestão de resíduos, emissões de carbono, composição dos conselhos administrativos ou políticas internas de diversidade são amplamente consideradas. Em contraste, fenômenos como turistificação, deslocamento indireto de populações, especulação imobiliária, privatização de espaços públicos ou exclusão territorial raramente aparecem como componentes centrais das avaliações de sustentabilidade.

Essa lacuna revela uma contradição fundamental. Um empreendimento turístico pode apresentar excelente desempenho em indicadores ESG e, simultaneamente, estar inserido em um contexto caracterizado por profundas desigualdades sociais e territoriais. Em outras

palavras, o sucesso corporativo em termos de sustentabilidade não implica necessariamente a existência de desenvolvimento territorial sustentável.

Essa situação pode ser observada em diversos destinos latino-americanos que se consolidaram como referências internacionais do turismo. Em regiões altamente internacionalizadas, grandes resorts, complexos hoteleiros e empreendimentos turísticos frequentemente operam segundo elevados padrões ambientais e de governança. Contudo, a presença dessas práticas nem sempre resulta em melhorias proporcionais nas condições de vida das populações locais. Em muitos casos, a expansão da atividade turística ocorre paralelamente à precarização das relações de trabalho, à concentração dos benefícios econômicos e à ampliação das desigualdades espaciais.

As contribuições de Harvey (2006) ajudam a compreender esse fenômeno. Segundo o autor, o capitalismo contemporâneo opera por meio da produção desigual do espaço, direcionando investimentos e infraestrutura para áreas consideradas economicamente estratégicas. No turismo, essa lógica manifesta-se pela valorização seletiva de determinados territórios, frequentemente acompanhada pela marginalização de outros espaços e grupos sociais. O resultado é a formação de paisagens turísticas altamente qualificadas coexistindo com contextos marcados por exclusão social e carências urbanas.

Outro limite importante refere-se à própria lógica de universalização que caracteriza muitos frameworks ESG. Como argumenta Escobar (2008), modelos globais de desenvolvimento tendem a operar a partir da premissa de que determinadas formas de organização econômica e institucional são universalmente desejáveis. Essa racionalidade frequentemente ignora a diversidade de experiências, saberes e práticas construídas em diferentes territórios.

No contexto latino-americano, essa questão assume relevância particular. A região apresenta ampla diversidade cultural, étnica, ambiental e institucional. Comunidades indígenas, populações tradicionais, organizações comunitárias e formas locais de gestão dos recursos naturais constituem parte significativa da realidade territorial de diversos destinos turísticos. Entretanto, essas experiências nem sempre encontram correspondência nos indicadores utilizados para avaliar desempenho ESG.

Como consequência, iniciativas profundamente comprometidas com a sustentabilidade territorial podem permanecer invisíveis para os sistemas formais de avaliação, enquanto organizações com maior capacidade financeira e técnica obtêm reconhecimento por atender

aos requisitos estabelecidos pelos modelos internacionais. Esse processo pode reforçar assimetrias já existentes, privilegiando atores que dispõem de recursos para cumprir exigências burocráticas e certificações complexas.

A dimensão social do ESG também apresenta desafios relevantes. Embora o componente "social" seja frequentemente associado à inclusão, diversidade e responsabilidade corporativa, sua operacionalização tende a concentrar-se em indicadores relativamente restritos. Aspectos relacionados à informalidade do trabalho, desigualdades raciais, feminização da precarização laboral, acesso à moradia ou participação comunitária nos processos decisórios continuam ocupando posição secundária em grande parte das avaliações.

Essa limitação é especialmente significativa em uma atividade caracterizada por intensa utilização de mão de obra, como o turismo. Em muitos destinos latino-americanos, parcela expressiva dos trabalhadores encontra-se inserida em ocupações sazonais, de baixa remuneração e reduzida proteção social. Ainda que algumas empresas desenvolvam programas de responsabilidade social, tais iniciativas nem sempre alteram as estruturas que produzem essas condições de vulnerabilidade.

Paralelamente, se observa o crescimento das preocupações relacionadas ao fenômeno do *greenwashing.* Papagiannakis et al. (2024) destacam que a popularização das agendas ESG vem sendo acompanhada pela utilização estratégica de discursos ambientais e sociais como instrumentos de fortalecimento da reputação institucional. Em determinados casos, a adoção de práticas pontuais de sustentabilidade funciona mais como mecanismo de comunicação corporativa do que como transformação efetiva dos processos produtivos.

Nos territórios latino-americanos, esse risco tende a ser ampliado pelas fragilidades regulatórias e pela dependência econômica do turismo. Governos locais frequentemente enfrentam dificuldades para monitorar, fiscalizar e avaliar de maneira independente as informações divulgadas pelos empreendimentos. Como resultado, a sustentabilidade pode converter-se em uma narrativa legitimadora capaz de mascarar conflitos territoriais e desigualdades persistentes.

Outro aspecto frequentemente negligenciado refere-se à posição ocupada pelas pequenas e médias empresas turísticas. Grande parte do turismo latino-americano é formada por empreendimentos familiares, cooperativas, negócios comunitários e trabalhadores autônomos.

Embora muitos desses atores desenvolvam práticas alinhadas aos princípios da sustentabilidade, sua capacidade de produzir relatórios, contratar auditorias ou atender a exigências internacionais de certificação é consideravelmente menor do que a das grandes corporações.

Esse cenário gera uma situação paradoxal. Organizações fortemente integradas aos territórios e comprometidas com formas locais de desenvolvimento sustentável podem encontrar maiores dificuldades para obter reconhecimento formal de suas práticas do que grandes grupos empresariais dotados de recursos financeiros e estruturas especializadas de governança. Dessa forma, a própria arquitetura dos sistemas ESG pode contribuir para reproduzir desigualdades existentes dentro do setor turístico.

Diante dessas questões, torna-se evidente que os limites do ESG na América Latina não decorrem apenas de problemas operacionais ou metodológicos. Eles estão relacionados a questões mais profundas, associadas às formas históricas de produção do território, à distribuição desigual do poder econômico e às particularidades da inserção regional na economia global do turismo.

Essa constatação não implica rejeitar o ESG como instrumento de promoção da sustentabilidade. Pelo contrário, reconhece-se que sua difusão representou avanços importantes na incorporação das agendas ambientais, sociais e de governança ao setor turístico. Contudo, os desafios enfrentados pela América Latina indicam a necessidade de ampliar o escopo analítico dessas abordagens, incorporando dimensões que ultrapassam a esfera corporativa e alcançam os processos territoriais, políticos e distributivos que estruturam a atividade turística.

É justamente nesse ponto que a noção de justiça territorial emerge como uma contribuição relevante. Ao deslocar o foco da análise para as relações entre poder, espaço e distribuição dos benefícios do desenvolvimento, essa perspectiva oferece instrumentos teóricos capazes de complementar e tensionar os pressupostos tradicionais do ESG. A seção seguinte desenvolve essa proposta, discutindo de que forma a articulação entre ESG e justiça territorial pode contribuir para a construção de abordagens mais sensíveis às realidades latino-americanas.

ESG E JUSTIÇA TERRITORIAL: UMA PROPOSTA ANALÍTICA PARA O TURISMO LATINO-AMERICANO

As discussões desenvolvidas nas seções anteriores evidenciaram que a incorporação das agendas ESG ao turismo representa um avanço importante no reconhecimento da sustentabilidade como dimensão estratégica do desenvolvimento. Contudo, também foi demonstrado que os modelos atualmente predominantes apresentam dificuldades para captar as especificidades territoriais, sociais e históricas que caracterizam a realidade latino-americana. Essa constatação sugere que os desafios contemporâneos da sustentabilidade turística não podem ser enfrentados exclusivamente por meio de indicadores corporativos ou mecanismos de governança empresarial.

A relevância dessa discussão torna-se ainda mais evidente quando observadas as transformações territoriais recentes associadas ao turismo latino-americano. Conforme destacam Hiernaux-Nicolas e González-Gómez (2020), a atividade turística participa ativamente da reorganização dos territórios, influenciando padrões de uso do solo, fluxos econômicos e relações sociais. Dessa forma, a avaliação da sustentabilidade não pode restringir-se ao desempenho organizacional das empresas, exigindo também atenção às consequências territoriais produzidas pelo desenvolvimento turístico.

Diante desse cenário, torna-se necessário ampliar o horizonte analítico do ESG, incorporando perspectivas capazes de considerar as relações entre território, poder, participação social e distribuição dos benefícios produzidos pela atividade turística. É nesse contexto que a noção de justiça territorial emerge como uma contribuição teórica relevante.

Embora o conceito possua diferentes interpretações na literatura, sua formulação contemporânea encontra importantes fundamentos nas contribuições da geografia crítica, particularmente nos trabalhos de Harvey (2008) e Soja (2011). Em linhas gerais, a justiça territorial refere-se à distribuição equitativa de recursos, oportunidades, serviços, direitos e condições de desenvolvimento entre diferentes grupos sociais e espaços geográficos. Mais do que uma questão distributiva, trata-se de compreender como determinadas configurações territoriais favorecem ou restringem o acesso de diferentes populações aos benefícios produzidos pelos processos econômicos e políticos.

Aplicada ao turismo, essa perspectiva permite deslocar o foco da análise. Em vez de concentrar atenção exclusivamente no desempenho organizacional das empresas, passa-se a questionar como os efeitos da atividade turística são distribuídos entre os diversos atores que compõem os territórios receptores. A pergunta central deixa de ser apenas se uma organização adota práticas ambientalmente responsáveis ou socialmente inclusivas e passa a incorporar questões relacionadas à distribuição do poder, da renda, das oportunidades e dos impactos produzidos pelo turismo.

A aproximação entre ESG e justiça territorial mostra-se particularmente relevante no campo do turismo, uma vez que a atividade depende diretamente das condições sociais, culturais e ambientais dos territórios onde se desenvolve. Embora a literatura recente tenha avançado na construção de indicadores de sustentabilidade corporativa, ainda são limitados os estudos que analisam de forma integrada as relações entre desempenho ESG, governança territorial e distribuição dos benefícios econômicos do turismo. Nesse sentido, a presente proposta procura contribuir para o avanço teórico do campo ao incorporar dimensões tradicionalmente discutidas pela geografia crítica e pelos estudos latino-americanos do desenvolvimento ao debate contemporâneo sobre sustentabilidade empresarial.

A partir dessa compreensão, propõe-se um framework analítico estruturado em três dimensões interdependentes: territorialização, participação e redistribuição.

A articulação entre ESG e justiça territorial permite justamente avançar nessa direção. Em vez de abandonar os princípios ambientais, sociais e de governança, a proposta consiste em reinterpretá-los a partir das realidades territoriais nas quais o turismo se desenvolve. Isso implica reconhecer que os impactos da atividade turística não se distribuem de forma homogênea e que os benefícios gerados pelo setor frequentemente refletem relações de poder assimétricas.

Com base nessa compreensão, propõe-se um framework analítico estruturado em três dimensões interdependentes: territorialização, participação e redistribuição.

TERRITORIALIZAÇÃO

A primeira dimensão refere-se à necessidade de territorializar a análise da sustentabilidade turística. Grande parte dos modelos ESG opera a partir de indicadores relativamente

padronizados, concebidos para aplicação em diferentes contextos organizacionais. Embora essa padronização facilite comparações e processos de monitoramento, ela também pode reduzir a capacidade de compreender especificidades locais.

A territorialização pressupõe reconhecer que os territórios não constituem meros suportes físicos da atividade turística. Eles são espaços socialmente produzidos, marcados por relações históricas, identidades culturais, práticas econômicas e formas específicas de interação entre sociedade e natureza. Consequentemente, a sustentabilidade não pode ser avaliada exclusivamente por parâmetros universais, mas deve considerar as características concretas de cada contexto.

No turismo latino-americano, essa questão assume importância especial. Destinos amazônicos, áreas costeiras, centros históricos, comunidades indígenas ou regiões rurais apresentam desafios e potencialidades profundamente distintos. Avaliar a sustentabilidade desses territórios requer instrumentos capazes de dialogar com suas especificidades sociais, culturais e ambientais.

Sob essa perspectiva, a territorialização implica incorporar ao debate aspectos frequentemente ausentes das avaliações corporativas tradicionais, tais como acesso à moradia, pressão imobiliária, preservação de identidades culturais, proteção de modos de vida locais e capacidade de suporte dos ecossistemas.

PARTICIPAÇÃO

A segunda dimensão do framework refere-se à participação social.

Historicamente, os processos de planejamento turístico foram conduzidos a partir de modelos centralizados, nos quais governos e investidores privados concentravam grande parte das decisões estratégicas. Embora avanços tenham ocorrido nas últimas décadas, ainda é comum observar contextos em que as comunidades locais exercem influência limitada sobre os rumos do desenvolvimento turístico.

A literatura sobre governança destaca que a participação constitui elemento fundamental para a construção de modelos mais democráticos de desenvolvimento. No entanto, a simples existência de mecanismos participativos não garante, por si só, a efetiva inclusão dos diferentes grupos sociais nos processos decisórios.

Por essa razão, a participação deve ser compreendida em sentido ampliado. Não se trata apenas de consultar comunidades locais ou promover audiências públicas. O desafio consiste em assegurar condições efetivas para que diferentes atores territoriais possam influenciar decisões relacionadas ao uso do espaço, à distribuição dos investimentos e à definição das prioridades do desenvolvimento turístico.

Sob a ótica da justiça territorial, a participação adquire caráter estratégico porque permite reduzir assimetrias de poder frequentemente presentes nos territórios turísticos. Quanto maior a capacidade das populações locais de participar dos processos decisórios, maiores tendem a ser as possibilidades de construção de modelos de desenvolvimento alinhados às necessidades e expectativas das próprias comunidades.

Nesse sentido, a dimensão participativa do ESG deve ultrapassar programas pontuais de responsabilidade social e incorporar mecanismos permanentes de governança compartilhada.

REDISTRIBUIÇÃO

A terceira dimensão do framework refere-se à redistribuição dos benefícios produzidos pelo turismo.

Entre todas as questões discutidas neste ensaio teórico-analítico, talvez esta seja a que mais diretamente evidencia as limitações dos modelos convencionais de sustentabilidade. Em diversos destinos turísticos latino-americanos, observa-se que o crescimento econômico gerado pela atividade não resulta necessariamente em melhorias proporcionais nas condições de vida da população local.

A expansão do turismo frequentemente produz valorização imobiliária, aumento dos investimentos e ampliação das receitas empresariais. Entretanto, os benefícios decorrentes desse processo tendem a concentrar-se em determinados grupos econômicos, enquanto parcela significativa dos trabalhadores permanece inserida em ocupações precárias e de baixa remuneração.

A justiça territorial propõe enfrentar essa questão ao introduzir a redistribuição como critério central de avaliação da sustentabilidade. Isso significa analisar não apenas quanto o turismo produz, mas também como os benefícios gerados são distribuídos entre os diferentes atores envolvidos.

Sob essa perspectiva, indicadores relacionados à geração de renda local, inclusão produtiva, fortalecimento de pequenos empreendimentos, valorização de iniciativas comunitárias e ampliação do acesso às oportunidades econômicas tornam-se elementos fundamentais para a avaliação da sustentabilidade turística.

A redistribuição também envolve aspectos relacionados à infraestrutura urbana, ao acesso a serviços públicos e à qualidade de vida das populações residentes. Afinal, um destino turístico dificilmente poderá ser considerado sustentável se os benefícios econômicos da atividade permanecerem concentrados enquanto persistem desigualdades territoriais significativas.

IMPLICAÇÕES DO FRAMEWORK PARA O TURISMO LATINO-AMERICANO

A articulação entre territorialização, participação e redistribuição permitem compreender a sustentabilidade turística de forma mais ampla e consistente com as realidades latino-americanas. Em vez de substituir os modelos ESG existentes, a proposta busca complementá-los, introduzindo dimensões frequentemente negligenciadas pelas abordagens corporativas tradicionais.

Do ponto de vista analítico, o framework contribui para deslocar o debate da esfera exclusivamente empresarial para uma compreensão mais abrangente das relações entre turismo, território e desenvolvimento. Do ponto de vista normativo, oferece referências para a construção de políticas públicas e estratégias de governança mais sensíveis às desigualdades históricas presentes na região.

Mais do que aperfeiçoar indicadores, a proposta sugere uma mudança de perspectiva. A sustentabilidade deixa de ser compreendida apenas como atributo das organizações e passa a ser interpretada como resultado das relações estabelecidas entre diferentes atores sociais, instituições e territórios. Em contextos marcados por desigualdades estruturais, como os encontrados em grande parte da América Latina, essa mudança revela-se fundamental para que o ESG possa efetivamente contribuir para processos de transformação social e territorial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O avanço das agendas ESG no turismo reflete transformações mais amplas que vêm redefinindo as relações entre desenvolvimento econômico, sustentabilidade e governança em escala global. Nas últimas décadas, questões ambientais, sociais e institucionais deixaram de ocupar posição

periférica nas estratégias organizacionais e passaram a integrar os principais mecanismos de avaliação utilizados por investidores, governos e organismos multilaterais. No turismo, essa mudança representou um importante deslocamento em relação aos modelos de desenvolvimento que historicamente privilegiaram o crescimento econômico sem a devida consideração dos impactos sociais e ambientais produzidos pela atividade.

Entretanto, a análise desenvolvida ao longo deste ensaio demonstrou que a consolidação do ESG não elimina, por si só, as contradições que caracterizam o desenvolvimento turístico contemporâneo. Embora a incorporação de critérios ambientais, sociais e de governança represente um avanço relevante, sua operacionalização permanece fortemente vinculada a racionalidades corporativas e a sistemas de mensuração que nem sempre conseguem captar a complexidade das dinâmicas territoriais presentes na América Latina.

A questão que orientou este estudo partiu justamente dessa constatação: em que medida os modelos ESG atualmente predominantes são capazes de responder aos desafios históricos, sociais e territoriais que caracterizam o turismo latino-americano? A análise realizada permite concluir que, embora esses instrumentos contribuam para ampliar a visibilidade da sustentabilidade no setor, sua capacidade transformadora permanece limitada quando desconsidera as estruturas de desigualdade que organizam os territórios turísticos da região.

Os argumentos desenvolvidos evidenciaram que a realidade latino-americana apresenta especificidades que desafiam abordagens universalizantes da sustentabilidade. A permanência de desigualdades sociais profundas, a concentração dos benefícios econômicos do turismo, a fragilidade institucional observada em diferentes contextos e as formas historicamente assimétricas de inserção da região na economia global tornam insuficiente uma leitura baseada exclusivamente em indicadores corporativos de desempenho.

Ao longo da discussão, verificou-se que muitos dos principais impactos produzidos pelo turismo escapam aos mecanismos convencionais de avaliação ESG. Processos de turistificação, valorização imobiliária, deslocamentos indiretos de populações, exclusão territorial e concentração da renda frequentemente permanecem à margem dos sistemas de monitoramento utilizados pelas organizações. Como consequência, é possível encontrar situações em que empreendimentos considerados exemplares sob a ótica dos indicadores ESG

coexistem com contextos marcados por precarização laboral, desigualdade territorial e limitada participação comunitária.

Essa constatação não conduz à rejeição das agendas ESG. Pelo contrário, o estudo reconhece a importância histórica desses instrumentos para a incorporação das preocupações socioambientais à gestão turística. O problema central identificado não reside na existência dos indicadores, mas na insuficiência de sua aplicação quando desvinculada das relações territoriais e das estruturas de poder que condicionam os efeitos do desenvolvimento turístico.

Nesse contexto, a principal contribuição teórica deste ensaio consiste na aproximação entre os debates sobre ESG e o campo da justiça territorial. Ao incorporar contribuições da geografia crítica, do turismo crítico e das epistemologias do Sul, buscou-se ampliar o horizonte interpretativo da sustentabilidade turística, deslocando a análise da escala estritamente organizacional para uma compreensão mais abrangente das relações entre território, desenvolvimento e distribuição dos benefícios econômicos.

A proposta analítica estruturada nas dimensões de territorialização, participação e redistribuição procura responder a essa necessidade. A territorialização destaca que a sustentabilidade somente pode ser compreendida de forma adequada quando considerada à luz das especificidades históricas, culturais e ambientais dos territórios. A participação evidencia a importância da democratização dos processos decisórios e da ampliação do protagonismo das comunidades locais na definição dos rumos do desenvolvimento turístico. A redistribuição, por sua vez, chama atenção para a necessidade de avaliar não apenas a geração de riqueza, mas também a forma como essa riqueza é apropriada e compartilhada entre os diferentes grupos sociais.

Essas três dimensões permitem compreender que a sustentabilidade não constitui apenas um atributo das organizações, mas um processo social e político relacionado à maneira como os benefícios, os custos e as oportunidades do desenvolvimento são distribuídos no espaço. Sob essa perspectiva, a sustentabilidade turística deixa de ser interpretada exclusivamente como um conjunto de práticas corporativas e passa a ser analisada como expressão das relações de poder que estruturam os territórios.

As implicações dessa reflexão extrapolam o campo acadêmico. Para formuladores de políticas públicas, os resultados sugerem a necessidade de fortalecer mecanismos de governança

territorial capazes de integrar diferentes atores sociais nos processos de planejamento turístico. Para gestores públicos, o estudo reforça a importância de políticas orientadas à redução das desigualdades territoriais e ao fortalecimento das capacidades institucionais locais. Para empresas, aponta a necessidade de ampliar a compreensão do ESG para além das exigências regulatórias e reputacionais, incorporando compromissos efetivos com os territórios nos quais suas operações estão inseridas.

Do ponto de vista científico, o ensaio teórico-analítico contribui para aproximar dois campos que, embora compartilhem preocupações comuns, ainda dialogam de forma limitada: a literatura emergente sobre ESG e as abordagens críticas do turismo. Essa aproximação permite compreender que os desafios contemporâneos da sustentabilidade não podem ser enfrentados apenas por meio de aperfeiçoamentos técnicos nos sistemas de mensuração, exigindo também reflexões sobre desigualdade, poder, participação social e justiça espacial.

Naturalmente, as contribuições aqui apresentadas devem ser interpretadas à luz das limitações inerentes à natureza teórica do estudo. Por tratar-se de um ensaio analítico, as proposições formuladas não foram submetidas à validação empírica em destinos turísticos específicos. Essa característica não reduz sua relevância, mas indica a necessidade de avanços futuros capazes de testar, operacionalizar e aperfeiçoar o framework proposto.

Nesse sentido, futuras pesquisas poderão investigar empiricamente como os princípios de territorialização, participação e redistribuição se manifestam em diferentes destinos turísticos latino-americanos, permitindo avaliar sua aplicabilidade em contextos urbanos, rurais, costeiros e comunitários. Estudos comparativos entre países da região também poderão contribuir para compreender de que forma distintas configurações institucionais influenciam a relação entre ESG e justiça territorial.

Por fim, sustenta-se que o potencial transformador do ESG no turismo latino-americano dependerá menos de sua capacidade de produzir novos indicadores e mais de sua disposição para reconhecer as desigualdades históricas que estruturam os territórios onde o turismo se desenvolve. Sem essa inflexão crítica, existe o risco de que a sustentabilidade permaneça restrita ao plano normativo e reputacional. Com ela, abre-se a possibilidade de construir abordagens mais democráticas, territorialmente sensíveis e socialmente comprometidas com os desafios do desenvolvimento turístico na América Latina.

REFERÊNCIAS

Acselrad, H. (2002). Justiça ambiental e construção social do risco. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 5, 49–60. Link

Barreto, M. (2004). *Turismo e legado cultural: As possibilidades do planejamento*. Papirus.

Beni, M. C. (2020). *Análise estrutural do turismo* (15. ed.). Senac.

Bianchi, R. V. (2014). Tourism, capitalism and Marxist political economy. In A. A. Lew, C. M. Hall, & A. M. Williams (Eds.), *The Wiley Blackwell companion to tourism* (2nd ed., pp. 45–53). Wiley-Blackwell.

Cruz, R. C. A. (2006). *Políticas públicas de turismo no Brasil: Território usado, território negligenciado*. Alínea.

Dredge, D., & Jamal, T. (2015). Progress in tourism planning and policy: A post-structural perspective on knowledge production. *Tourism Management*, 51, 285–297. Link

Escobar, A. (2008). *Territories of difference: Place, movements, life, redes*. Duke University Press.

Gastal, S., & Moesch, M. (2007). *Turismo, políticas públicas e cidadania*. Aleph.

Hall, C. M. (2019). *Constructing sustainable tourism development: The 2030 agenda and the managerial ecology of sustainable tourism*. Routledge.

Harvey, D. (2005). *A produção capitalista do espaço* (2. ed.). Annablume.

Harvey, D. (2006). *Spaces of global capitalism: Towards a theory of uneven geographical development*. Verso.

Harvey, D. (2008). *Social justice and the city* (Rev. ed.). University of Georgia Press.

Hiernaux-Nicolas, D., & González-Gómez, C. (2020). Turismo y transformaciones territoriales en América Latina: Nuevas dinámicas, viejos desafíos. *PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 18(4), 689–703. Link

Higgins-Desbiolles, F. (2020). Socialising tourism for social and ecological justice after COVID-19. *Tourism Geographies*, 22(3), 610–623. Link

Leff, E. (2006). *Racionalidade ambiental: A reapropriação social da natureza*. Civilização Brasileira.

Lin, M. S., Zhang, H., Luo, Y., & Li, Y. (2024). Environmental, social, and governance (ESG) measurement in the tourism and hospitality industry: Views from a developing country. *Journal of Travel & Tourism Marketing*, 41(1), 154–168. Link

Liu, X., Cifuentes-Faura, J., Zhao, S., & Wang, L. (2024). Government environmental attention and ESG performance. *Research in International Business and Finance*, 69, 102124. Link

Papagiannakis, G. E., Vlachos, P. A., Koritos, C. D., & Kassinis, G. I. (2024). Are hospitality firms greenwashing? Evidence from tourism companies. *Tourism Management*, 103, 104893. Link

Putzer, P., Schaffhauser-Linzatti, M., & Bliemel, M. (2024). From CSR to ESG in tourism: Conceptual evolution and research agenda. *Organizacija*, 57(1), 1–15. Link

Rodrigues, A. B. (1997). *Turismo e espaço: Rumo a um conhecimento transdisciplinar*. Hucitec.

Santos, B. de S. (2018). *Epistemologias do Sul*. Almedina.

Sassen, S. (2016). *Expulsões: Brutalidade e complexidade na economia global*. Paz e Terra.

Shin, H., Jo, Y., Lee, S., Park, J., Cho, J., & Kim, H. (2025). ESG for sustainability in hospitality and tourism: A theoretical and practical review. *Journal of Travel Research*. Advance online publication. Link

Silveira, M. A. T. (2002). Turismo, políticas de ordenamento territorial e desenvolvimento. In M. A. A. Cruz (Org.), *Turismo e território* (pp. 33–52). Contexto.

Soja, E. W. (2011). *Seeking spatial justice*. University of Minnesota Press.

United Nations. (2015). *Transforming our world: The 2030 agenda for sustainable development. United Nations*.

UN Tourism. (2018). *Tourism and the Sustainable Development Goals: Journey to 2030*. UN Tourism Publications.